

São Paulo, 06 de julho de 2017.

À

**COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE
LICITAÇÕES**


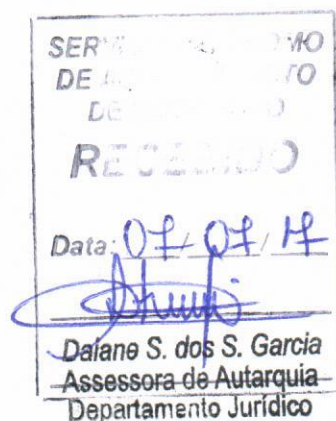
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO PEDRO/SP

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 01/17.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO COLETOR TRONCO, LINHA DE RECALQUE E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA “PINHEIRINHO” E COLETOR TRONCO “SAMAMBAIA”.

Prezados Senhores,

A **BMC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, estabelecida à Rua Clodomiro Amazonas, 1.399 – cj. 01, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 38.905.295/0001-18, neste ato representada por seu Diretor que subscreve a presente, vem, tempestiva e mui respeitosamente, com fundamento no Art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei 8.666/93 e suas alterações, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra decisão desta Digna Comissão de Licitação, que julgou a BMC Engenharia e Construção Ltda inabilitada para participação na Concorrência mencionada acima, conforme publicação no Diário Oficial em 29/06/2017, requerendo a esta Douta Comissão que **RECONSIDERE** a decisão ora recorrida, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.


BMC Engenharia e Construção Ltda.
Eng. Carlos Fernando Carvalho de Casro
Sócio-Diretor

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO PEDRO/SP

LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 01/17.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DO COLETOR TRONCO, LINHA DE RECALQUE E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA “PINHEIRINHO” E COLETOR TRONCO “SAMAMBAIA”.

RECURSO ADMINISTRATIVO

PRELIMINARMENTE

A intenção do legislador quando da elaboração da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, expressa claramente em seu texto, era disciplinar as licitações e contratos no âmbito da administração pública federal, estadual e municipal, determinando regras fixas, a fim de padronizar tais processos, e, ao mesmo tempo, impedir eventuais distorções e abusos que poderiam ser cometidos, conforme seu Art. 1º e parágrafo único:

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. ”

Além disso, pugnou o legislador pela máxima competitividade entre os licitantes, com vistas a obter sempre a proposta mais vantajosa para a Administração:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; ”

“Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - Habilitação jurídica;

II - Qualificação técnica;

III - Qualificação econômico-financeira;

IV - Regularidade fiscal.

V – Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)”

Assim, exigências consideradas irrelevantes, discriminatórias ou ainda em desacordo com a Lei, não devem prosperar, sob pena de se distorcer a intenção dos processos licitatórios, que é a de conseguir o **melhor serviço pelo melhor preço**.

QUANTO AO MÉRITO DO PEDIDO

A inabilitação da BMC Engenharia e Construção Ltda foi baseada no entendimento de que não foram respeitados os subitens 11.1.2.2 e 11.3b do edital. Para maior clareza transcrevemos abaixo o trecho do edital em que tais itens estão inseridos (que ressaltamos em negrito):

11.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

11.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.1.2.3. Prova de regularidade fiscal emitida pelas Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

11.1.2.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

11.1.2.3.2. Certidão de Regularidade do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Fazenda Estadual, ou declaração de isenção ou de não incidência, assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

11.1.2.3.3. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal;

11.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

11.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

11.1.2.7. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.1.2.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.1.2.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do SAAESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.1.2.7.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 11.1.2.7.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.1.2.7.4. Ocorrendo a hipótese do subitem 11.1.2.7.3, será procedida a convocação dos Licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

11.3 Os documentos exigidos para habilitação deverão, quando for o caso:

a) estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes;

b) na hipótese de não constar prazo de validade, serão aceitos como válidos os documentos expedidos até 90(noventa) dias imediatamente anteriores à data fixada para a apresentação dos envelopes;

Verifica-se, portanto, que o motivo utilizado para a inabilitação foi a falta de indicação dos prazos de validade nas provas de inscrição cadastrais. Ocorre, entretanto, que, no mesmo conjunto de documentos apresentado na pasta Habilitação, foram incluídas as Certidões que comprovam a regularidade fiscal da BMC Engenharia com relação às Fazendas Federal, Estadual e Municipal. **Em tais certidões constam os respectivos registros cadastrais e todas elas têm período de validade indicado e sempre inferior a 90 dias.**

Assim sendo, seria impossível obter tais certidões se algum dos registros cadastrais não estivesse válido.

